

EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E AÇÃO LOCAL COMUNITÁRIA

Título

Educação, Desenvolvimento e Ação Local Comunitária

Organizadores

Fernando Ilídio Ferreira, Germán Vargas Callejas e Orlando Freitas

Autores

Abílio Amiguiinho
Ana Paula Marques
Daniela Gomes
Fernando Ilídio Ferreira
Germán Vargas Callejas
Héctor Pose
Irene Santos
Joana Lúcio
João Caramelo
Júlio Gonçalves dos Santos
Laura Varela Crespo
Lídia Mota
Lucia Iglesias da Cunha
Luís Rothes
Miguel Pardellas Santiago
Orlando Freitas
Paulo Delgado
Rosa Valls Carol
Sandra Girbés Peco

Edição

© Setúbal-Instituto das Comunidades Educativas (CADERNOS ICE)
Rua do Moínho, nº 1 - R/C DT1, Bairro da Bela Vista
2910-614 Setúbal
T.: 265 783 006
Tlm.: 912 240 824
alternativa.ice@gmail.com

Capa

Maria José Brito

Composição, Arranjo Gráfico e Impressão

Tadinense AG - www.tiptadinense.pt

Depósito Legal

....

ISBN

978-989-95386-8-9

Novembro de 2015

EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E AÇÃO LOCAL COMUNITÁRIA

ORGANIZADORES:

Fernando Ilídio Ferreira, Germán Vargas Callejas e Orlando Freitas

TEXTOS DE:

Abílio Amiguiinho | Ana Paula Marques | Daniela Gomes | Fernando Ilídio Ferreira | Germán Vargas Callejas |
Héctor Pose | Irene Santos | Joana Lúcio | João Caramelo | Júlio Gonçalves dos Santos | Laura Varela Crespo |
Lídia Mota | Lucia Iglesias da Cunha | Luís Rothes | Miguel Pardellas Santiago | Orlando Freitas |
Paulo Delgado | Rosa Valls Carol | Sandra Girbés Peco

Setúbal: Instituto das Comunidades Educativas

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	
Fernando Ilídio Ferreira, Germán Vargas Callejas e Orlando Freitas.....	7
PARTE I - PERSPETIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	19
PERSPETIVAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMUNITÁRIO:	
DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO E ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO	
João Caramelo e Fernando Ilídio Ferreira	21
EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA, SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:	
REFERENTES TEÓRICOS, PERSPETIVAS DE INTERVENÇÃO	
Paulo Delgado, Luís Rothes e Lídia Mota	47
VISIONES ACTUALES DE LA ACCIÓN COMUNITARIA EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE BIENESTAR:	
RETOS PARA LOS SERVICIOS SOCIALES EN ESPAÑA	
Laura Varela Crespo.....	75
EDUCAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:	
DESAFIAR AS FRONTEIRAS E APRENDER A ESCUTAR O SUL	
Júlio Gonçalves dos Santos.....	97
CONTRIBUTOS PARA PENSAR A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO MUNDO RURAL	
Fernando Ilídio Ferreira e João Caramelo	111
“SE NÃO SABE, PORQUE É QUE PERGUNTA?”	
Irene Santos	127

PARTE II - ESTUDIOS, PROJETOS E PROPOSTAS	143
EL DESARROLLO SOSTENIBLE Y LOCAL EN LAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE LOS ANDES, UN ENFOQUE EDUCATIVO Y SOCIAL	145
Germán Vargas Callejas.....	145
COMUNIDADES UNIVERSITARIAS EN TRANSICIÓN. EL CASO DEL PROGRAMA USC EN TRANSICIÓN	171
Lucía Iglesias da Cunha e Miguel Pardellas Santiago	171
ASSOCIAÇÕES E INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PROJETO “À DESCOBERTA DO MUNDO RURAL”	195
Joana Lúcio, Orlando Freitas e Fernando Ilídio Ferreira	195
PATRIMONIO, EDUCACIÓN CULTURAL Y DESARROLLO LOCAL. UN PROYECTO SOCIOCULTURAL EN BUÑO, PUEBLO ALFARERO	207
Héctor Pose	207
ESCOLA E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA: INTERGERACIONALIDADE, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LOCAL	227
Abílio Amiguiinho	227
COMUNIDADES DE APRENDIZAJE: DE LA TRANSFORMACIÓN EDUCATIVA A LA TRANSFORMACIÓN SOCIAL	267
Sandra Gírbés Peco y Rosa Valls Carol.....	267
PROFISSIONAIS DE INTERVENÇÃO EM REDE: UM ESTUDO SOBRE TRÊS EXPERIÊNCIAS DE REDES SOCIAIS	287
Daniela Gomes e Ana Paula Marques	287

PERSPETIVAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMUNITÁRIO: DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO E ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO

João Caramelo⁵ e Fernando Ilídio Ferreira⁶

Introdução

Neste primeiro capítulo abordamos o conceito de desenvolvimento e a sua relação com o campo educativo. Num primeiro momento questionamos o paradigma dominante desde o fim da II Guerra Mundial, marcado intrinsecamente pela adoção de uma visão caracterizada pela associação entre desenvolvimento e crescimento económico e, enquanto crença ocidental, pela consideração do desenvolvimento como uma progressão civilizacional linear, através de uma sequência de estádios rumo a uma condição semelhante à dos países ocidentais industrializados. Através deste questionamento, é nossa intenção deslocar o foco da reflexão para outras abordagens que, pelo menos desde meados da década de 1970, a literatura vem designando como desenvolvimento local e comunitário e, de um modo geral, como “desenvolvimento alternativo”. Num segundo momento discutimos não apenas as perspetivas do desenvolvimento alternativo, como também as “alternativas ao desenvolvimento”, no pressuposto de que que enquanto o desenvolvimento estiver sobretudo vinculado ao crescimento económico e ao produtivismo não é possível conceber um desenvolvimento que não conduza à exaustão das condições necessárias à vida na Terra.

5. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Universidade do Porto; e ICE – Instituto das Comunidades Educativas.

6. Departamento de Ciências Sociais da Educação e Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), Instituto de Educação, Universidade do Minho; e ICE – Instituto das Comunidades Educativas.

O conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento, graças ao sucesso mas também à crítica que conheceu na segunda metade do século XX nos discursos científico, político e da opinião pública – e também porque se constituiu em pedra de toque da mobilização para a mudança e transformação social e individual e se usou para avaliar e classificar o progresso e bem-estar das sociedades e dos indivíduos – “tem sido dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais” (Amaro, 2003:36). A adjetivação do próprio termo desenvolvimento – desenvolvimento local, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, etc. – embora seja um fenómeno relativamente recente, pois a sua génese pode ser identificada nos anos de 1960/70, é elucidativa quanto à pluralidade de perspectivas e abordagens que ora se confrontam ora se complementam.

Roque Amaro (2003) assinala seis formas de uma constelação de designações dos processos de desenvolvimento, apresentando-as em função da cronologia da sua emergência e difusão. Este autor salva-garda que essa “arrumação” dos conceitos é analítica e, como tal, é necessário considerar a existência de “zonas de sobreposição” e de “interação” entre si. Os conceitos são os seguintes: i) Desenvolvimento Sustentável; ii) Desenvolvimento Local; iii) Desenvolvimento Participativo; iv) Desenvolvimento Humano; v) Desenvolvimento Social; vi) Desenvolvimento Integrado. De acordo com Amaro (2003), é possível organizar os cinco primeiros conceitos a partir dos seus conteúdos e contextos de afirmação (científicos e institucionais) em três “famílias conceptuais” (ou “fileiras”) (Amaro, 2003:55), sendo que o último – desenvolvimento integrado – ocupa uma posição transversal a estas famílias. Essas três “fileiras” são: i) a “fileira” ambiental; ii) a “fileira” das pessoas e das comunidades; iii) e a “fileira” dos Direitos Humanos e da dignidade humana.

A “fileira” ambiental tem como principal característica a tentativa de conciliar desenvolvimento com preocupações ambientais e o primeiro conceito que serviu para a referenciar foi o de Ecodesenvolvimento. Mais recentemente (a partir de 1987), passou a ser mais conhecido como “Desenvolvimento Sustentá-

vel”, conceito apresentado e proposto num Relatório intitulado “O Nosso Futuro Comum” (1987)⁷, onde é feita uma caracterização dos problemas ambientais do Mundo e se propõem algumas soluções conceituais e estratégias para os enfrentar. O conceito de Desenvolvimento Sustentável designa “o processo de satisfação de necessidades atuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras” (Amaro, 2003:56) e implica três tipos de exigências: i) a solidariedade intergeracional; ii) a integração da gestão dos recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento (é necessário considerar em simultâneo a finitude de certos recursos naturais e o ritmo possível de renovação daqueles que não são finitos); iii) e a durabilidade dos processos de produção e consumo inerentes ao desenvolvimento o que implica pensar o desenvolvimento na interação entre o subsistema económico e o sistema ecológico (corresponde à metáfora de que o desenvolvimento é uma maratona e não uma prova de velocidade).

A “fileira” das pessoas e das comunidades (people-centered/centrada nas pessoas para se distinguir das perspetivas growth-centered/centradas no crescimento) “procura colocar as pessoas e as comunidades locais no centro do protagonismo do desenvolvimento. É, por isso, também, a fileira da participação e da cidadania, sendo o desenvolvimento, antes de mais, o exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação ativa de todos. A satisfação de necessidades é uma consequência, mas não a vertente principal do conceito” (Amaro, 2003:57). A génese desta perspetiva encontra-se na proposta metodológica designada por “Desenvolvimento Comunitário” que surgiu da ação direta de técnicos da ONU, nos anos 1960, nos países à altura ditos subdesenvolvidos e da constatação de que estes fazem da inadequação dos modelos e ferramentas formatadas na lógica da “modernização” (cf. Silva, 1990). Vários outros conceitos surgiram nesta linha mas, de acordo com Roque Amaro (2003), são dois os conceitos chave desta “fileira”: o desenvolvimento local e o desenvolvimento participativo. O primeiro procura essencialmente exprimir “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro,

7. Este estudo é também conhecido como Relatório Brundtland. Ele resulta da indignação da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento pela Assembleia-geral das Nações Unidas, em 1983, para “propor estratégias ambientais a longo prazo para a obtenção de um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e para além dele” (Comissão Mundial, 1987:ix, in Friedmann, (1996:6). O estudo deve o seu nome ao presidente daquela Comissão, o então primeiro ministro norueguês Gro Harlem Brundtland e foi reconhecido como um marco histórico que estimulou uma renovada discussão de alternativas de desenvolvimento tendo a sustentabilidade ambiental como pano de fundo.

2003:57). Este conceito resulta do cruzamento de duas contribuições: numa lógica mais académica, do paradigma territorialista (cf. Pedroso, 1998) e das experiências que, desenvolvendo-se no terreno, demonstram a sua viabilidade e pertinência num contexto de globalização (Amaro, 2003). Por seu turno, o conceito de Desenvolvimento Participativo coloca a tónica na “adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres” (Amaro, 2003:57). É um conceito fundamentado pelas Organizações Não Governamentais, mas rapidamente apropriado de forma ambivalente por instâncias como o Banco Mundial ou a ONU e tem associado a si o conceito de empoderamento enquanto “reforço de capacidades, competências ou poder, sendo, simultaneamente, uma pré-condição para a participação e o exercício da cidadania e um processo de formação e de aquisição de poder, que deles resulta em permanência” (Amaro, 2003:57).

Por fim, a “fileira” dos Direitos Humanos e da dignidade humana “associa desenvolvimento ao respeito pelos Direitos Humanos fundamentais e ao compromisso de garantir limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana” (Amaro, 2003:58). Na sua origem encontram-se as análises de François Perroux sobre a “Economia do Homem” (cf. Amaro, 2003) e a distinção que aí se estabelece entre Progresso e progressos e, posteriormente, a perspectiva da “satisfação de necessidades básicas”, que entende que estas devem ser um imperativo antes de qualquer outro objetivo de desenvolvimento. Estas preocupações vieram por seu turno dar origem aos conceitos de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social. O Desenvolvimento Humano é uma expressão cunhada a partir de 1990 nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e é operacionalizado através de um índice que vem sendo (re)formulado ao longo dos anos – o Índice de Desenvolvimento Humano. O conceito de Desenvolvimento Humano tem como ideia central “o aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos, de forma a satisfazerem as suas necessidades básicas, a aumentarem a sua segurança pessoal e a atingirem um nível de vida digno, em várias dimensões (saúde, educação, bem-estar material, cultura, etc)” (Amaro, 2003:58). É provavelmente o conceito de maior peso institucional dado que está articulado a um programa das Nações Unidas cuja função é o apoio ao desenvolvimento e de se expressar através de um indicador que permite comparabilidades intra e

inter-países. Por sua vez, o conceito de Desenvolvimento Social aparece em 1995 a partir de uma Conferência organizada pela ONU onde se discutem e inventariam os problemas sociais do desenvolvimento e se procuram estabelecer compromissos entre os países-membros para que assegurem/garantam “níveis mínimos de bem-estar social” (Amaro, 2003:59) que se fixam para vários domínios (saúde, educação, salário mínimo, rendimento mínimo...). Neste sentido, o Desenvolvimento Social é entendido como “o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais” (Amaro, 2003:59).

Roque Amaro (2003) refere-se ainda ao conceito de Desenvolvimento Integrado, afirmando que este não possui o mesmo peso científico e institucional dos outros, embora surja referido de forma transversal em todos eles. O desenvolvimento integrado pressupõe uma abordagem interdisciplinar e pode ser concebido como “o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão...” (Amaro, 2003:59). Também Silva (2000) procura explorar esta noção de desenvolvimento integrado, destacando nela diferentes aceções: i) uma visão reduzida que o aproxima de “modalidades em que vários serviços da administração pública, central e local, decidem e procuram articular as respectivas actuações, num determinado espaço e tempo” (:63); ii) uma aceção que o identifica com “intervenções que procuram combinar diferentes “esferas” da realidade social: tais como o sistema produtivo, o sistema de emprego, o sistema de ensino, os cuidados de saúde...” (idem, ibidem:63).

Embora estas duas aceções tenham representado um significativo avanço no desenho de projetos de desenvolvimento e seja difícil concretizá-las, sugere ainda assim a necessidade de avançar um pouco mais no aprofundamento da concepção de desenvolvimento integrado. Assim, na perspectiva de Silva (2000), desenvolvimento integrado significa a adoção de estratégias globalizantes de intervenção local, sendo a cultura o lugar próprio para pensar a integração, no duplo sentido antropológico e social. Trata-

-se de i) “integração entre processos de compreensão e valorização de culturas comunitárias, processos de mobilização dos seus recursos e processos de transformação e mudança futurante”; ii) “integração entre identidades e mudanças, entre continuidades e rupturas, entre confirmação e valorização de patrimónios acumulados e des/reconstrução crítica”; iii) e “integração entre perspectivas pontuadas pelo dentro e fora, pelo interior e o exterior, o leigo e o perito” ou, por outras palavras, procurar a “integração virtuosa entre os projectos e as acções dos protagonistas comuns e locais com os projectos e os objectivos, mandatos e vinculações programáticas das equipas políticas e técnica” dado serem “processos que se pretendem democráticos, comunitários e participativos e que, enquanto tal, concedem particular importância à acção de protagonistas comuns e locais” (Silva, 2000: 64).

Perspetivas do desenvolvimento local e comunitário

Não podendo abordar aprofundadamente cada um dos conceitos referidos, detemo-nos no que Ro-que Amaro (2003) referiu como as perspetivas centradas nas pessoas e nas comunidades enquanto protagonistas dos processos de desenvolvimento. Na verdade, todos aqueles conceitos estão interrelacionados, pois o designado desenvolvimento local e comunitário é indissociável das dimensões da sustentabilidade ambiental e social, da participação social e da cidadania, das questões da democracia, dos direitos e da dignidade humana. De um modo geral, todos eles assentam na crítica e na enunciação de alternativas ao paradigma desenvolvimentista dominante, confluindo, em grande medida, numa concepção dos processos de desenvolvimento sintetizada na expressão “pensar globalmente, agir localmente”. Esta concepção enfatiza traços como: i) a multidimensionalidade: sugerindo que desenvolvimento não se pode reduzir a uma vertente económica, mas antes tem várias faces indissociáveis, constituindo uma globalidade sistémica que articula estas diferentes faces; ii) a lógica qualitativa: na esteira de uma visão multidimensional do desenvolvimento, apela-se à valorização de critérios de natureza qualitativa na sua planificação e na sua apreciação; iii) a valorização do local: em contraponto a uma intervenção analítica e segmentada (sectorial), decidida e planeada a nível nacional, portanto centralizada, passam a valorizar-se processos integrados de intervenção ao nível local, globalizando a intervenção ao nível de um território (Canário, 1999:62).

Segundo Rui Canário (1999:63), este paradigma dá origem a “novas lógicas de desenvolvimento” ao entrar em rutura com a perspectiva desenvolvimentista em três questões fundamentais: i) a referência territorial do desenvolvimento: as alterações na identidade e autonomia da base territorial nacional decorrentes da mundialização, confrontam o desenvolvimento simultaneamente com a escala do supranacional, transnacional e infranacional; ii) a sua base política: a democracia representativa não é uma base política suficiente para suportar o desenvolvimento se não forem aprofundados mecanismos de decisão e ação que permitam a participação; iii) os processos de conhecimento: há necessidade de reequacionar a relação de anterioridade e linearidade entre conhecimento e ação e abordar criticamente a concepção cumulativa do saber e os processos de distanciação e exterioridade como condições de objetividade e afirmar, em contraponto, a construção de metodologias participativas de intervenção para o desenvolvimento que permitam uma interação fecunda entre intervenientes externos e atores locais, entre ação e conhecimento.

De igual modo, Caride Gómez, Freitas e Vargas Callejas (2007) sustentam que, desde a década de 1940, uma das soluções mais tentadas e concretizadas face ao insucesso e posterior esgotamento da perspectiva economicista e desenvolvimentista tem sido a resposta comunitária e, atualmente, de forma particularmente intensa uma vez que a amplitude da crise do desenvolvimento abarca tanto o Norte como o Sul, o urbano como o rural, ou seja, todos os territórios e todas as escalas. Num contexto de intensificação da designada globalização, este facto confronta os sistemas sociopolíticos com a aguda necessidade de encontrarem novos modos de articulação entre a preservação das especificidades dos elos que a perspectiva de desenvolvimento hegemónica constituiu como mais fracos (o Sul e o rural...), com um novo universalismo aportado nas últimas décadas, precisamente, pelas dinâmicas da globalização. Estes modos de articulação têm adquirido a forma de respostas locais caracterizadas pela “mobilização do Local pelo Local e pelo Global” (Caride, Freitas & Vargas, 2007: 92), isto é, “uma nova estrutura de oportunidades para as comunidades locais organizarem e gerirem o mundo a que pertencem – o novo localismo” (idem, ibidem:92) construída na conciliação ou reconciliação entre esses dois fenómenos sociais e humanos que dão pelo nome de globalização e localismo (idem, ibidem: 92). Estas novas perspectivas localistas estiveram associadas na sua génese a movimentos sociais que procuraram “animar outras formas de organização para promover novos princípios e outras possibilidades mais coerentes com a

realidade e evitar os prejuízos que os modelos de desenvolvimento impunham inicialmente ao Terceiro Mundo e logo depois [...] aos países ‘mais desenvolvidos economicamente’ (Caride, Freitas & Vargas, 2007: 92-93).

Esta nova(s) lógica(s) de desenvolvimento, e particularmente o modo como concebe(m) o local e comunitário, não é (são) contudo homogênea(s) pelo que no seu interior podemos encontrar perspetivas diferentes que Caride, Freitas & Vargas (2007: 93) distinguem entre: i) a perspetiva clássica (ou económica); ii) a perspetiva social (ou alternativa) e iii) a perspetiva do novo localismo (ou “glocal”).

O localismo clássico inscreve-se num quadro tradicional do pensamento económico – e é desenvolvido essencialmente a partir da ciência económica – e concebe o local como espaço de “materialização dos resultados das tendências económicas” (Caride, Freitas & Vargas, 2007: 93) o que conduz a que se estabeleça um “elo de ligação entre a teoria da localização e a teoria do crescimento económico” (idem, ibidem:93). O mais significativo contributo teórico desta abordagem, claramente erigida sobre uma concepção de intervenção top-down, advém da noção de crescimento polarizado que, na sua essência, procura racionalizar os esforços de promoção do desenvolvimento através da adoção do princípio de que a localização ótima de um determinado investimento seria a que permitisse a produção de maiores efeitos de difusão do crescimento económico nos espaços adjacentes (por isto se atribui também a esta perspetiva a designação de difusionismo ou difusionista, conforme se pode confirmar na obra de Pedroso, 1998). Não obstante as limitações desta abordagem, que a realidade se encarregou de realçar, e nomeadamente o seu interesse exclusivamente económico pelo local, o seu contributo foi ainda assim importante pela conceptualização do espaço como local de inscrição dos movimentos económicos (idem, ibidem:93) e pelo que os autores que temos vindo a citar entendem ter sido a revalorização do papel dos organismos públicos na defesa do interesse geral.

A segunda perspetiva – localismo social ou alternativo – vem incorporar ao pensamento sobre o desenvolvimento dimensões imateriais como a globalidade e a harmonia que o devem caracterizar e às suas finalidades, mas igualmente vem chamar a atenção para a questão dos impactos ambientais do desenvolvimento e a necessidade de enveredar pelo trilho do ecodesenvolvimento (cf. a este respeito Amaro, 2003), bem como para a importância de conceder à satisfação das necessidades básicas de todas

as populações. Esta perspectiva vem claramente colocar em causa a anterior lógica centralista, sectorial e exógena de intervenção em prol do desenvolvimento para lhe contrapor a necessidade de não só definir o desenvolvimento em função dos seus principais beneficiários – as pessoas – como também de entender estes como os principais interessados e os melhores recursos a mobilizar naquele processo que, agora, se entende também dever caracterizar-se por uma amplitude e tecnologias “sensatas”, isto é, considerando que “os projetos em menor escala podem oferecer uma alternativa melhor” e que “deveria estimular-se uma tecnologia apropriada ao nível local, em vez da tecnologia moderna utilizada em projetos de grande escala” (idem, *ibidem*: 94). Em síntese, esta perspectiva representa uma certa rutura na concepção hegemónica que saiu e se instalou após a II Guerra Mundial, trazendo para a arena do debate “a necessidade de desenhar no local novas estratégias de desenvolvimento que tornem coincidentes as directrizes externas, de natureza sociopolítica (fundamentalmente a cargo de organismos supranacionais e das administrações públicas) com o reconhecimento, estimulação e participação real da população (sujeitos activos) nas iniciativas que se promovam, seja individual ou colectivamente” (idem, *ibidem*:94).

A terceira perspectiva, que os autores supracitados identificam como “novo localismo”, invocando o contributo de Yáñez (1997, in Caride, Freitas & Vargas, 2007: 95 e sgs), é abordada pelos mesmos em três linhas de argumentação:

A primeira tem a ver com o próprio contexto e as circunstâncias em que emerge o “novo localismo”. Este desenvolve-se ao longo das últimas quatro décadas num momento de erosão acentuada, nas sociedades centrais, dos Estado de bem-estar e de profunda fragilização e “diminuição” do Estado como instância de regulação política do económico, particularmente incapaz de lidar com fluxos financeiros globalizados controlados exclusivamente pela lógica do Mercado. Este contexto é também de crise do Estado-nação como microdispositivo de enquadramento da pertença identitária e de regulação social dos sujeitos. Assim, estas circunstâncias não só transformam estruturalmente como modulam os impactos que os processos económicos, políticos e sociais produzem nos diferentes contextos territoriais, de forma relativamente ambivalente. Com efeito, por um lado, podemos identificar como consequência destes processos, de acordo com Caride, Freitas & Vargas (2007), a diminuição da capacidade dos atores locais enfrentarem os problemas decorrentes daquelas transformações. Isto faz com que os processos

locais sejam em grande medida determinados por tendências gerais, conduzindo, no que toca ao desenvolvimento local, e a título de exemplo, a que a mobilidade do capital financeiro obrigue “às localidades a estabelecerem relações de concorrência para atraírem sectores produtivos sem que exista possibilidade de desenvolvimento económico ou social de carácter autónomo ou endógeno.” (idem, *ibidem*:95).

No entanto, importa ainda salientar que os padrões institucionais, as normas sociais e os valores sociais locais atuam como filtros das transformações, induções e processos globais, filtros esses capazes de “estabelecerem normas de desenvolvimento económico e social de carácter relativamente autónomo” (idem, *ibidem*: 96). Nesta mesma linha de argumentação, Amaro (1996, referido in Caride, Freitas & Vargas, 2007: 96) parte quer da constatação das ameaças globais (desemprego, exclusão, pobreza, degradação ambiental) que hoje afetam as sociedades mais evoluídas e põem em causa as suas aquisições dos últimos dois séculos, quer do confronto a que hoje o Estado-nação é sujeito por parte de “dinamismos territoriais resultantes do crescimento económico e das lógicas mercantis e comunicacionais (integrações de tipo supranacional e funcionamento de tipo transnacional)” (idem; *ibidem*), para concluir que estamos perante o esgotamento de um modelo que tem obrigado à busca de novos caminhos, segundo o autor, encontrados em germinação no protagonismo assumido pelos atores locais. Este protagonismo assume formas institucionais através da adoção da lógica da parceria e dos partenariados locais, e também a forma de novas instâncias de base local e regional – a uma escala infranacional – que procuram assumir a busca de respostas contextuais que façam face aos problemas inéditos que hoje enfrentam.

De forma apenas paradoxal, o local tornou-se mais presente neste momento atual de intensificação do global, uma vez que são as mesmas redes e lógicas que estabelecem e intensificam os contactos mundializados que relevam a importância estratégica de certas declinações do local – numa lógica mercantil, é certo – ao salientarem as suas virtualidades competitivas no domínio das trocas comerciais (a deslocação produtiva é o mais claro exemplo desta lógica), ou ao acentuarem as suas potencialidades como “reserva de paisagem” face a um mundo cada vez mais urbanizado.

É também perante as perturbações e contradições sociais que este movimento de mundialização faz emergir, que novas vozes se erguem num veemente apelo para o “regresso à comunidade” e à ação social

de base comunitária. Essas vozes ecoam, ambivalentemente, entre o registro romântico do retorno ao paraíso perdido e a uma certa ideia mítica de comunidade fraternal, e o registro tecno-político e gerencialista que identifica a escala do local como a mais pertinente para intervir quer numa lógica de prevenção, quer de enfrentamento, num leque de novos problemas sociais não resolúveis ao nível individual ou familiar ou estatal. Este apelo ao “regresso à comunidade” é ainda acompanhado por uma gama diversa de discursos que têm, de forma dificilmente discernível, um tanto de voluntarismo militante, um tanto de responsabilização das vítimas e um tanto de consciência política atenta ao potencial criativo da participação social, sob a capa da “necessidade da incorporação e participação da população na solução dos problemas, eliminação das suas causas e busca de novos caminhos que permitam melhorar as condições de vida de todos e não apenas de minorias privilegiadas” (Caride, Freitas & Vargas, 2007: 97).

Uma segunda linha de argumentação ensaiada pelo “novo localismo” – marcada fortemente pelas questões identitárias associadas ao local – enfatiza a ideia de que apesar de vivermos, como já se assinalou, um contexto marcado pela globalização e pela ação a distância, a comunidade local permanece como a unidade básica da convivência, sendo que as relações que aí se estabelecem são mais significativas do ponto de vista psicossocial e de construção das identidades do que as possíveis relações que se tecem face a uma escala nacional ou mundial. Por seu turno, a crise da representação política, a que aludimos num outro trabalho (Correia & Caramelo, 2003), marcada por uma “crise das identidades políticas tradicionais no que se refere ao Estado nacional como as que originavam a formação de partidos políticos ligadas a valores universais” (Caride, Freitas & Vargas, 2007: 97), tem levado à emergência de subculturas cada vez mais relevantes na estruturação das identidades políticas e no desenvolvimento dos processos políticos cuja matriz espacial e social é o local e o comunitário (a afirmação dos nacionalismos e das autonomias regionais em certos países é um sintoma claro desta tendência).

Por fim, uma terceira linha de argumentação do “novo localismo” prende-se com “as potencialidades oferecidas pela escala local para o desenvolvimento de processos de cidadania e democratização” (Caride, Freitas & Vargas, 2007: 98) e, acrescentaríamos, de educação. Estas potencialidades prendem-se essencialmente com o que os autores identificam como o reforço dos dispositivos de democracia local resultantes, por um lado, de políticas de descentralização administrativa e, por outro lado, pelo desen-

volvimento de modalidades de democracia participativa a nível local. Principalmente nos países que concretizaram plenamente um Estado de bem-estar social durante os Trinta Gloriosos anos, o processo de descentralização viveu-se a partir dos finais dos anos 1970 e resultou na revitalização da vivência democrática a nível local e na revalorização, a nível nacional, das políticas locais. Por seu turno, a emergência mais recente de novas modalidades de mobilização coletiva dos cidadãos em torno de causas transclassistas – os designados novos movimentos sociais – e o envolvimento de cidadão em dispositivos de participação direta – caso por exemplo dos orçamentos participativos – são particulares bons exemplos de novas modalidades de intervenção na esfera pública potenciadoras de uma democracia mais efetiva.

Desenvolvimento alternativo e alternativas ao desenvolvimento

De um modo geral, os discursos em torno do “desenvolvimento alternativo” vêm enfatizar, entre outros aspetos, a importância dos projetos em pequena escala e integrados ao nível comunitário. As estratégias de desenvolvimento alternativo encaram a escala local como particularmente importante para um desenvolvimento cujas preocupações incluem a ênfase nas pessoas, a satisfação de necessidades não materiais e um equilíbrio entre qualidade de vida, qualitativamente apreendida, e bem-estar material. Deste modo, as comunidades e as organizações locais começam a ser olhadas como entidades charneira destes processos, admitindo-se que seria ao nível local que as diferentes escalas do desenvolvimento (por exemplo o pessoal e o societário) interagiriam de forma mais poderosa, o que favoreceria a oportunidade de os programas e projetos de desenvolvimento localizado terem um maior e efetivo impacto na mudança da vida das pessoas.

Como temos vindo a salientar, as perspetivas que a partir da década de 1970 se desenvolvem sob a bandeira do desenvolvimento alternativo encetam uma tentativa sistemática de produzir uma rutura paradigmática no pensamento sobre as teorias e as práticas de desenvolvimento. Estas perspetivas caracterizam-se essencialmente pela reconceptualização do sentido económico do desenvolvimento, relativizando-o ao fazê-lo acompanhar de outras dimensões igualmente consideradas relevantes naqueles

processos, algumas delas verdadeiramente com componentes imateriais (intangíveis) como o bem-estar, a segurança, a equidade, a sustentabilidade, etc., pela consideração do local como escala pertinente para o promover e pensar, pela inclusão nas suas preocupações questões como as da equidade entre géneros e da sustentabilidade ambiental e essencialmente pelos modos alternativos como equaciona a questão da economia, abrindo a porta a fenómenos como a economia solidária e a autogestão.

Por outro lado, as perspetivas do desenvolvimento alternativo postulam que este não deve apoiar-se em dispositivos que simplesmente separam o locus da decisão política do contexto concreto em que aquela produz efeitos nem escamotear aos atores sociais, situados naquelas diferentes escalas, os sentidos próprios e a legitimidade – que a sua condição de atores sociais envolvidos em/ou por um dado sistema social lhes confere – de participar na definição e concretização dos processos de desenvolvimento. Finalmente, estas perspetivas procuram ainda entrar em rutura com uma lógica que atravessou profundamente a relação da educação com o desenvolvimento e que supunha não só uma necessária anterioridade da qualificação dos sujeitos como condição de promoção do desenvolvimento, como supunha ainda uma relação inequívoca, direta e positiva entre o incremento da primeira e efeitos positivos sobre o segundo. O desenvolvimento alternativo acentua então a necessidade de complexificar os modos de relação entre educação e desenvolvimento, o estatuto dos saberes, a forma dos processos da sua aquisição e a sua relação temporal com a ação.

Ora, esta rutura, ainda que na prática seja ténue ou relativamente circunscrita se comparada com a narrativa desenvolvimentista dominante, veio colocar novas questões à problemática do desenvolvimento e, particularmente, à perspetiva do desenvolvimento local, que tenderam a configurar opções dicotómicas. Com efeito, a interação entre diferentes escalas territoriais na forma como se concebem e concretizam práticas e dinâmicas de desenvolvimento – ou como esta interação ocorre independentemente de não ser intencionalmente pensada e concretizada – tendeu ou para o fechamento do local sobre si mesmo, segundo uma lógica defensiva, numa espécie de regresso ao conforto uterino de um certo comunitarismo anterior ao século XIX e à organização política dos estados modernos (pelo menos na Europa), de que resultaram fenómenos de sinal bem diferente como o exacerbamento das identidades regionais e o advento de nacionalismos ou o desenvolvimento de “identidades de resistência” à colonização da globa-

lização neoliberal que pretendem ver reconhecido o valor cultural e económico da “reserva de paisagem” que um certo local ainda constitui (Melo, 2002), ou, pelo contrário, a uma hipostasia da influência das instâncias transnacionais e supranacionais na definição dos sentidos e prioridades do desenvolvimento do local que essencialmente conduziu à inscrição do local na rede de trocas globalizada. A dicotomia que aqui se instala é justamente entre a preservação das “raízes” e o acesso ao mundo das “escolhas”.

Importa acrescentar que a transformação dos modos de regulação social de iniciativa estatal que está subjacente à necessidade de conferir um novo estatuto e papel aos atores sociais na definição e intervenção nas situações que afetam a sua vida e a dos territórios que habitam não se deu necessariamente pelo fortalecimento dos mecanismos de envolvimento democrático e participativo dos cidadãos na produção de um sentido para um bem comum. Assistimos, ao contrário, a fenómenos de desconcentração das estruturas de regulação centralista (que no fundo não são mais do que formas de recentralização) e de formas de ação social que tendencialmente configuram formas “territorializadas” de controlo dos cidadãos onde, sob o argumento da proximidade e da autonomia, estes acabam induzidos a adotar modelos formatados e pré-estabelecidos do “bom cidadão” e da “boa participação” que, na maior parte das vezes, não exigem mais do que o cumprimento dos “domingos políticos” (Castoriadis, 2005, cit. por Canário, 2007). Sob a retórica tecnocrática e projetocrática (Matos, s/d), responsabilizam-se os sujeitos sociais pela sua automobilização competente, face a um mundo que constantemente expõe a sua inadaptação, incompetência ou insuficiência, seja por relação ao mundo do trabalho, seja por relação ao mundo da tecnologia, seja por relação ao mundo do conhecimento. Na melhor das circunstâncias, essa retórica produz eficientes “empresários de si mesmos” (por exemplo, na lógica muito difundida do “empreendedorismo”) e, na pior das circunstâncias, agrava severamente a desfiliação social que conduz a fenómenos sintomáticos de um disfuncionamento social sistémico como é, por exemplo e particularmente nos países centrais, o caso da crescente “psiquiatrização dos trabalhadores”. Aqui a dicotomia instalada parece ser entre a conformização social que disciplina a participação face ao modelo de cidadão típico e esperado de sociedades liberais (cf. Triantafyllou & Nielsen, 2001) e a desfiliação social (Castel, 1999), que conduz a percursos nas fronteiras das periferias dos sistemas sociais, amortecidos pelas políticas sociais paliativas ou pelo desenvolvimento do que Canário (1999) identifica como “mentalidade de assistido”.

Finalmente, a rutura intentada pelo discurso do desenvolvimento alternativo supunha uma transformação da concepção dominante da relação entre educação e desenvolvimento, no que respeita aos processos de conhecimento que estabelecem aquela mediação. Esta transformação apelava, por um lado, ao alargamento da própria concepção de educação no sentido do que Canário (1999) identifica como “globalização da ação educativa” o que, consequentemente, permitiria considerar os próprios processos de desenvolvimento como situações potencialmente educativas pelo envolvimento participativo dos atores na sua definição e condução e, ainda, em que educação e desenvolvimento se sobreporiam temporalmente e em termos das próprias lógicas de conhecimento-ação e desse modo se reduziria a distância de legitimidades entre saberes “sábios” e saberes “profanos” e os seus modos de produção. Por outro lado, em termos de filosofia educativa, esta rutura apelava a uma mudança no sentido de que a educação se transformasse de meio ao serviço do desenvolvimento, para se constituir num fim em si mesma enquanto direito legítimo e inalienável dos seres humanos e imprescindível à sua constituição como cidadãos.

Qual o lugar, então, do desenvolvimento alternativo? Não obstante o carácter eclético e a inexistência de uma teoria unificada em torno das perspetivas do “desenvolvimento alternativo”, podemos enumerar, com base em Brohman (2001:219-220), um conjunto de características: i) corporizam um movimento rumo a medidas redistributivas diretas, incidindo particularmente na população pobre, ao invés de manterem uma crença ilimitada nos efeitos a posteriori do crescimento económico (o já várias vezes referido “trickle down” ou “efeito-dominó”); ii) mantêm um enfoque nos projetos locais, de pequena escala, geralmente ligados, quer com iniciativas de desenvolvimento rural, naturalmente nos contextos rurais, quer com programas e projetos de desenvolvimento comunitário nas zonas urbanas; iii) atribuem uma ênfase particular à satisfação das necessidades básicas das populações e à capacitação educativa das pessoas, especialmente através da provisão de bens e serviços públicos; iv) apelam à necessidade de reequacionar a visão do desenvolvimento que o associa estrita e estreitamente ao crescimento económico como primeiro passo para a elaboração de uma concepção mais ampla e humana do desenvolvimento; v) exprimem uma preocupação com a participação local ou das comunidades na concepção e implementação dos programas e projetos de desenvolvimento; vi) conferem uma forte ênfase à progressiva endogeneidade dos processos de desenvolvimento que, idealmente, se poderia estender a uma diversidade de escalas da organização social de modo a reduzir a dependência externa e a criar condições para um desenvolvimento mais cooperativo, social e ambientalmente mais sustentado e sustentável.

O carácter alternativo e concomitantemente periférico, política e cognitivamente, destas perspetivas tornaram-nas num alvo sistemático de críticas que as acompanham exatamente desde que emergiram. Desde os anos 1970, as críticas mais substanciais que foram dirigidas a estes discursos e práticas que escapavam do “mainstream” do desenvolvimento centraram-se essencialmente em três aspetos: i) na discussão da verdadeira utilidade destas estratégias e do seu carácter de real alternativa às perspetivas de pensamento hegemónicas no domínio do desenvolvimento; ii) na controvérsia suscitada pelos métodos utilizados para conceber e implementar os programas e projetos ditos de desenvolvimento alternativo, mormente questionando a sua distinção face àqueles empregues pelos programas e projetos inscritos no paradigma dominante; iii) na apreciação do fosso entre teoria e prática do desenvolvimento alternativo, nomeadamente no respeitante à questão do envolvimento participativo das populações e comunidades nas diferentes fases e operações dos processos de desenvolvimento. Em suma, nas palavras dos seus críticos, as estratégias alternativas de desenvolvimento, apesar da sua orientação progressista, parece que acabaram por gerar projetos de desenvolvimento muitas vezes bastante convencionais e por replicarem muitos dos problemas e limitações que se atribuíam às abordagens “tradicionais” ou “dominantes” (Brohman, 2001:221-222).

Efetivamente as críticas acima enunciadas são corroboradas por Brohman (2001:221) que sugere que os programas e projetos de desenvolvimento alternativo foram comumente administrados segundo uma lógica “top-down” e, quando inscritos numa lógica de ajuda ao desenvolvimento, foram-no ainda de modo paternalista, dando poucas oportunidades às organizações locais de participarem significativamente nas tomadas de decisão. De igual modo, como aliás já assinalámos em outro momento deste trabalho, esta situação agrava-se com a emergência nestes projetos de figuras profissionais externas aos contextos de intervenção que são portadoras de amplas exigências burocráticas e administrativas (senão mesmo técnicas) que não só dificultam o empoderamento das populações e comunidades como contribuem mesmo para a desqualificação dos seus saberes e modos de ação. Brohman (2001:221) atribui mesmo a estas figuras profissionais a responsabilidade pela distorção a que, por vezes, a natureza dos projetos foi sujeita, bem como pela menor qualidade da participação local, quando estas figuras técnicas entravam em rutura ou contribuíam de algum modo para desqualificar formas de organização sociocomunitárias e de participação política democrática. Por outro lado, parece também ser possível assacar a

estas interferências externas a responsabilidade pela edificação de formas de dominação das instituições locais que contribuíram em larga medida para que as percepções locais sobre os problemas e as opções em termos de desenvolvimento fossem invisibilizadas e, em contrapartida, levasse a que noções e opções externas de desenvolvimento, alheias e inapropriadas às condições locais fossem assumidas e conduzissem a consequências diametralmente opostas às finalidades professadas pelos programas e projetos de desenvolvimento.

Mas, Brohman (2001) identifica ainda outros aspectos nestas experiências alternativas que têm merecido reparos a partir de um olhar crítico e analítico. Um aspecto prende-se com o papel do Estado face a estas propostas. Como já se sugeriu, uma das pedras de toque destas propostas é a sua ênfase na participação local e comunitária mas, de acordo com Brohman (2001:222), não é despidendo sustentar que muitas vezes, ao invés, estes programas e projetos promoveram uma extensão do controlo Estatal, quer na sua forma centralizada, quer através da sua representação por intermédio de instâncias de poder desconcentradas, mas não efetivamente descentralizadas, e muitas vezes, no caso dos programas de cooperação, com a convivência das agências de ajuda internacional. Como sustenta o autor, assistiu-se assim à instauração de uma relação de tipo clientelar entre Estado-local/comunidade, com evidentes consequências na supressão, controlo ou manipulação das iniciativas de base popular. Uma forma de crítica mais radical sugere mesmo que o envolvimento do Estado e das agências de ajuda internacionais nestes programas de desenvolvimento alternativo visou apenas prevenir ou impedir a eclosão de revoltas populares ou instaurar processos de mudança reformistas que travassem quaisquer veleidades revolucionárias. Neste sentido, mais do que serem conduzidas pela finalidade de promover um desenvolvimento mais justo do ponto de vista económico, social e político estas iniciativas – que alguns autores apelidam de “modernização defensiva” – seriam, antes de mais, garantes da estabilidade política. Isto permite sustentar que, paradoxalmente, o ímpeto para os programas e projetos de desenvolvimento alternativo, pelo menos em algumas circunstâncias, veio muito menos de um imperativo ético do que do receio de perder o controlo sobre a condução dos processos de desenvolvimento a partir do Estado.

Naturalmente que, assumindo um ponto de vista dialético, esta situação recolocou o Estado no centro das críticas dos movimentos sociais e de outras formas de organização e mobilização social local

e comunitária. Um outro efeito conectado com a tendência para que estes programas e projetos acabassem por obedecer a uma lógica de regulação centralizada prende-se igualmente com a sua cooptação e dominação pelas elites locais, principalmente nos contextos em que as comunidades se encontravam fortemente desarticuladas e polarizadas, o que para além de, evidentemente, afastar a maioria da população, principalmente os seus sectores mais desprotegidos, do envolvimento participativo nas iniciativas de desenvolvimento, conduziu também a que os programas e projetos se organizassem em função das percepções e refletissem substancialmente os interesses particulares daquelas elites. Por fim, um outro aspeto crítico identificado nestas iniciativas alternativas de desenvolvimento prende-se com o modo como as relações sociais promovidas e as estruturas criadas de facto refletem, ou não, as preocupações e os pressupostos de uma concepção de desenvolvimento que se afirma participativa, equitativa, solidária.

Embora possamos facilmente reconhecer a permanência nos dias de hoje de preocupações trazidas para a arena da discussão sobre o desenvolvimento por estas estratégias alternativas de desenvolvimento, corporizadas nomeadamente por iniciativas que, no campo teórico-prático do desenvolvimento, se albergam sob o chapéu da “fileira das pessoas e das comunidades” (Amaro, 2003), em que se integram o desenvolvimento local e o desenvolvimento participativo e de forma transversal o desenvolvimento integrado, o que é certo é que, a crer em Brohman (201:224), o suporte às iniciativas de desenvolvimento alternativo, pelo menos no âmbito dos grandes programas de ajuda ao desenvolvimento e de cooperação internacional, diminui a partir do início dos anos 1980, a que não será alheia a viragem neoliberal.

Há várias razões que o autor avança para este facto: i) assiste-se a uma viragem no enfoque dos esforços pelo desenvolvimento da intervenção estatal e dos programas dirigidos a comunidades territorialmente delimitadas para uma preocupação crescente com considerações macroeconómicas que acompanham o dealbar do neoliberalismo (viragem que no campo do desenvolvimento conduziu ao longo dos anos 80 do século passado à grande expansão da perspectiva do ajustamento estrutural); ii) reconhece-se que os resultados das estratégias alternativas de desenvolvimento não corresponderam às expectativas nelas depositadas, nomeadamente as que pressupunham transformações estruturais. Com efeito, gradualmente, admite-se que o enfoque localizado destes programas e projetos os impediram,

muitas vezes, de atingir finalidades mais abrangentes, especificamente de atingir as raízes estruturais dos problemas muitas delas historicamente cristalizadas, gerando assim situações em que a mudança ou se revelou aparente ou apenas alcançou pequenos sectores das populações; iii) admite-se que a abordagem localizada, comunitária, da base para o topo que idealmente caracterizava estes programas e projetos ou foi perversa e conduziu quer a processos regulados de forma centralizada pelo Estado, quer à sua cooperação pelas elites ou, em contrapartida, se mostrou incapaz de enfrentar eficazmente as lógicas do poder político e do poder económico dominantes.

De forma complementar, Santos (2002: 51 e sgs), depois de reconhecer o importante papel que o pensamento e as práticas de desenvolvimento alternativo têm tido no pensamento e nas políticas acerca das economias semiperiféricas e periféricas, de apreciar o seu valor enquanto estratégias e argumentos contra a globalização neoliberal e de reconhecer a sua influência na definição de uma agenda científica e política sobre o desenvolvimento que transcende as questões colocadas pelos modelos hegemónicos, procura, ainda assim, identificar “os vazios” do desenvolvimento alternativo. Na sua opinião, as propostas do desenvolvimento alternativo “têm uma limitação importante para a construção de alternativas económicas emancipadoras, que derivam da sua ênfase exclusiva na escala local” (Santos, 2002:51). Com efeito, como já tivemos oportunidade de salientar anteriormente, a valorização da escala local ou comunitária é claramente uma marca dos discursos e práticas do desenvolvimento alternativo e é inegável que este enfoque permitiu “colocar no centro da discussão os efeitos concretos dos programas de desenvolvimento e advogar a transferência de poder para os actores locais” (idem, ibidem:51). Contudo, o reverso desta valorização da escala local e comunitária, a que subjaz muitas vezes uma concepção fechada e isolacionista e, por vezes, autárca e ingenuamente comunitarista das comunidades como garante da preservação da “pureza” da alternativa que protagonizam, parece ter sido a reificação teórica do local e o seu desligamento de fenómenos e movimentos regionais, nacionais e globais (idem, ibidem:51-52). Este raciocínio, levado às suas últimas consequências, torna até “desejável” a marginalização das comunidades como pressuposto necessário para a emergência de condições que permitam “a existência (e a desejabilidade) de economias alternativas comunitárias que operam sem conexão com a sociedade e a economia hegemónicas” (idem, ibidem:52).

Podemos, portanto, admitir que o futuro desejado se poderá inscrever numa alternativa ao desenvolvimento e não apenas na perspectiva do desenvolvimento alternativo, o que implicará provavelmente a assunção de opções estratégicas que no plano teórico vêm sendo conceptualizadas, particularmente nos países da periferia do sistema mundo. No seu coração, as perspectivas que advogam a necessidade de procurar e enveredar por um caminho alternativo ao desenvolvimento retêm preocupações que são parcialmente similares às dos defensores do desenvolvimento alternativo, nomeadamente “a ênfase no local e a promoção da autonomia comunitária” (Santos & Rodríguez, 2002: 53). No entanto, mais além da perspectiva do desenvolvimento alternativo, que essencialmente se limita a equacionar transformações e limites ao crescimento sem verdadeiramente o colocar em causa, os arautos da alternativa ao desenvolvimento radicalizam a sua crítica em busca de alternativas ao crescimento. Como sinteticamente é colocado por Arturo Escobar (1995: 215, cit por Santos & Rodríguez, 2002:54), “os autores que representam esta tendência afirmam que não estão interessados em alternativas de desenvolvimento mas, sim, em alternativas ao desenvolvimento, ou seja, na rejeição total do paradigma”, identificando-se e inscrevendo-se normalmente no campo teórico dos discursos pós-colonialistas.

De forma simples e sintética, o essencial das perspectivas que buscam alternativas ao desenvolvimento centra-se no argumento de que enquanto o desenvolvimento estiver associado ao crescimento não é, pura e simplesmente, possível conceber um desenvolvimento que não conduza à exaustão das condições necessárias à vida na Terra, o que, portanto, exige a modificação da concepção de desenvolvimento. Ademais, como afirma Sachs (1992: 1), “o Outro desapareceu com o desenvolvimento” e com ele desapareceram algumas alternativas viáveis a um mundo industrializado orientado para o crescimento e alguma capacidade humana de enfrentar o futuro de forma mais criativa. Como defendem os movimentos pós-desenvolvimentistas, particularmente os ecologistas e feministas, é fundamental transformar a própria concepção de desenvolvimento, dissociando-o da noção de crescimento, em particular do sentido quantitativo que quase inerentemente o caracteriza. Esta transformação passará por entendê-lo, então, “como realização de potenciais, como passagem a um estado diferente e melhor (...) as actividades económicas podem, neste sentido, desenvolver-se sem crescer” (Santos & Rodríguez, 2002:54). Do mesmo modo, é necessário abandonar o projeto eurocêntrico, hierárquico e patriarcal do desenvolvimento que tem simplesmente colocado a questão na lógica da acessibilidade ou da incorporação dos que estão

fora do projeto de desenvolvimento com crescimento nesse processo (nomeadamente as mulheres, as populações das zonas rurais, os povos dos países do Sul...), para conseguir pensar de uma outra forma a ideia de desenvolvimento, nomeadamente “baseada na recuperação de formas de entender o mundo que foram marginalizadas pelo paradigma dominante, nas quais as actividades económicas são apenas uma parte de um conjunto de práticas culturais a que estão subordinadas” (McMichael, 1996 cit por Santos & Rodríguez, 2002:55).

Um segundo elemento importante das perspetivas que se inscrevem na busca de alternativas ao desenvolvimento é o seu enfoque na diversidade cultural e na diversidade de formas de produzir e de consumir a produção (Santos & Rodríguez, 2002:55). Perante a constatação dos efeitos sociais e ambientais associados ao modo de produção capitalista e ao ideário materialista que o sustenta e por ele é alimentado, as alternativas ao desenvolvimento procuram precisamente ir buscar inspiração às “culturas híbridas e minoritárias” – que resistem apesar da expansão da economia capitalista e da ciência moderna – e a partir das quais se acredita que “podem emergir outras formas de construir economias, de satisfazer as necessidades básicas, de viver em sociedade” (Escobar, 1995:225). Neste sentido, a semente da esperança da superação da hegemonia capitalista tem tanto mais possibilidades de germinar quanto maior centralidade adquirirem as culturas híbridas e minoritárias e as formas de conhecimento marginalizadas pelo paradigma de conhecimento dominante. Na esteira de Gandhi, e de forma particularmente feliz, Santos & Rodríguez (2002:56) sustentam que “uma alternativa ao desenvolvimento implica uma forma de ver o mundo que privilegie a produção de bens para consumo básico em vez da produção de novas necessidades e de artigos para as satisfazer a troco de dinheiro”.

Encontramos uma particular afinidade entre esta perspectiva e o que Serge Latouche (2004) caracteriza como “decrescimento convivial” enquanto proposta de “sobrevivência ao desenvolvimento” nos países centrais, mas que igualmente pode constituir-se em termos de princípios numa alternativa para pensar o desenvolvimento nos países ditos de “desenvolvimento intermédio”, ou, mais recentemente, considerados “emergentes” e nos países “periféricos”. O “decrescimento convivial” supõe, em primeira instância, pôr em causa a dominação da economia sobre a vida o que passará pela rutura com o imaginário económico que criou o lugar-comum do crescimento pelo crescimento que apenas tem beneficiado

os detentores do capital. Esta opção não corresponde necessariamente a uma opção pelo “crescimento zero” que não parece nem possível, nem pertinente, apesar de ter os seus arautos que acabam por advogar uma concepção conservadora do desenvolvimento na medida em que não colocam como hipótese reverter a entropia para que o desenvolvimento económico nos está progressivamente a conduzir e procuram antes um compromisso conciliatório entre a preservação do ambiente e as “conquistas” da economia, ou seja, não se mostram disponíveis para uma transformação do modo de produção e do modo de consumo ou sequer dos estilos de vida produzidos agora dominantes. Neste sentido, esta perspectiva conduz efetivamente a um “imobilismo conservador” (Latouche, 2004: 92).

A opção pelo “decrescimento convivial” supõe de facto uma preocupação acrescida com a nossa relação enquanto espécie com a biosfera, mas igualmente com a busca de uma maior justiça social – que se considera, nesta perspectiva, igualmente lesiva e uma ameaça à sobrevivência social e biológica – de modo a alcançar uma “simplicidade voluntária” (idem, ibidem: 95), designadamente no campo do consumo material. O “decrescimento convivial” não é portanto exequível fora de uma “sociedade de decrescimento” que, em primeiro lugar, supõe atribuir ao trabalho um lugar distinto ao que atualmente ocupa, mas fundamentalmente transformar a sua natureza de modo a que possa reconverter-se numa atividade ontologicamente significativa a que todos possam aceder de forma equilibrada por relação a outras esferas da sua vida, ou seja, nos termos de Hannah Arendt (2001), que seja possível compatibilizar a *vita activa* e a *vita contemplativa*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARO, R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4: 35-70.
- ARENDT, H. (2001). *A condição humana*. Lisboa: Relógio d'Água.
- BROHMAN, J. (2001). *Popular Development. Rethinking the Theory and Practice of Development*. Oxford: Malden, Blackwell Publishers.
- CANÁRIO, R. (1999). *Educação de adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- CANÁRIO, R. (2000). A escola no mundo rural: contributos para a construção de um objecto de estudo, *Educação, Sociedade e Culturas*, 14: 121-139.
- CANÁRIO, R. (Ed.), (2007). *Educação Popular e Movimentos Sociais*. Lisboa: Educa.
- CARAMELO, J. & CORREIA, J. A. (2004). Políticas e figuras do local: contributos para a construção de um cosmopolitismo comunitário. In J. A. CORREIA & R. D'ESPINEY (org), *Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local* (31-44). Setúbal: ICE.
- CARIDE, J. A., FREITAS, O. M. P. & VARGAS, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local. Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições.
- CASTEL, R. (1999). *As metamorfoses da questão social. Uma crónica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes.
- CEAAL (2004). Debate Latinoamericano sobre educación popular II. Vigencia de la EP: Reflexiones de educadores y educadoras de América Latina. México (policopiado).

- CORAGGIO, J. L. (1996). El trabajo desde la perspectiva de la economia popular. Consultado em Março, 2006, em <http://www.educ.ar>
- CORAGGIO, J. L. (2001). Problematisando la economía solidaria y la globalización alternativa. II Encuentro Internacional sobre globalización de la solidaridad. Québec.
- CORREIA, J. A. & CARAMELO, J. (2003). Da mediação local ao local da mediação: figuras e políticas. *Educação, Sociedade e Culturas*, 20: 167-191.
- CORREIA, J. A. & CARAMELO, J. (2001). Linhas gerais para uma reflexão em torno da problemática das relações entre educação e desenvolvimento local, *Aprender*, 25:88-89.
- ESCOBAR, A. (1995). *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- FINGER, M. & ASÚN, J. M. (2003). *A educação de adultos numa encruzilhada: aprender a nossa saída*. Porto: Porto Editora.
- FRIEDMANN, J. (1996). *Empowerment. Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras, Celta.
- GADOTTI, M. (1998). Para chegar lá juntos e em tempo: Caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. 21ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu – Brasil.
- LATOUCHE, S. (2004). *Survivre au développement. De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative*. Barcelona: Mille et une nuits.
- MATOS, M. (s.d.). A emergência e a revelação do local, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto: 8 pgs. (policopiado)
- MELO, A. (2002). A acção local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In B. S. SANTOS (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista (435-471)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- PEDROSO, P. (1998). *Formação e desenvolvimento rural*. Oeiras, Celta Editora.
- SACHS, W., (Ed.), (1992). *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*. London & New Jersey: Zed Books.
- SANTOS, B. S. & RODRÍGUEZ, C. (2002). Introdução. Para ampliar o cânone da produção. In B. S. SANTOS (org.) *Produzir para Viver. Os caminhos da produção não capitalista (23-77)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SILVA, A. S. (1990). Educação de adultos, educação para o desenvolvimento. Porto, Edições Asa.
- SILVA, A. S. (2000). *Cultura e Desenvolvimento. Estudos sobre a relação entre Ser e Agir*. Oeiras: Celta.
- TRANTAFILLOU, P. & NIELSEN, M. R. (2001). Policing empowerment: the making of capable subjects, *History of the Human Sciences*, 14 (2): 63-86.